ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020 - MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO Nº SEI-120211/001276/2020

ALGAR TELECOM S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74, com sede na Rua José Alves Garcia, nº 415, bairro Brasil, Uberlândia/MG, vem, por meio dessa, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I. TEMPESTIVIDADE

1.. O Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, objetivando o contratação de serviço telefônico fixo comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua por 12 (doze) meses, com fornecimento de aparelhos novos ou seminovos por comodato, se necessário.” com sessão prevista para o dia **28/06/2022 às 14h00**, no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro.

2. O instrumento convocatório prevê expressamente que o prazo para esclarecimentos e impugnações é de 02 (dois) dias úteis antes da abertura da seção, ou seja, **até 23/06/2022**, estando demonstrada a tempestividade da presente.¹

---

¹1.6. Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço indicado no item 1.4, de 09:00 até 18:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico cdl@proderj.rj.gov.br, até as 17:00 horas do último dia do prazo referido.

II. EXIGÊNCIA EXACERBADA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NOS TERMOS DO ITEM 15.4.2 DO EDITAL

---

3. Analisando o Edital, identifica-se com clareza que é necessária a retificação imediata do mesmo, sob pena de violação das normas e dos princípios que regulamentam as contratações públicas.

4. O Item 15.4.2 do Edital, possui flagrante ilegalidade **pois indica exigência excessiva e ilegal de qualificação econômico-financeira, tendo em vista que impõe a comprovação de vários índices contábeis, sem que seja apresentada justificativa para os parâmetros estabelecidos nem esclarecida sua correlação com o objeto do contrato, o que fere o parágrafo primeiro do artigo 31 da Lei 8.666/93 e entendimento Sumulado do Tribunal de Contas da União (Súmula 289).**

15.4.2 Não será causa de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. O licitante deverá comprovar que dispõe dos índices *econômico-financeiros mínimos previstos a seguir*:

b.1) Índice de Liquidez Geral: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} > OU = 1$$

b.2) Índice de Endividamento: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{ATIVO\ TOTAL} = OU < 1$$

15.4.2 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá assinar no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

---

5. Merece, pois, revisão o item 15.4.2 do Edital elencado, tendo em vista os vícios indicados sob pena de ofensa aos princípios reitores dos certames públicos e de nulidade de todo o procedimento licitatório ora impugnado.

II.1) OFENSA À VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NO ARTIGO 31, 1º DA LEI 8.666/93 E SÚMULA 289 DO TCU – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA E VINCULAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES EXIGIDOS E OS COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES NO CONTRATO

---

6. Em análise do Item 15.4.2 do Edital resta claro que configurou-se indevido e ilegal requisito de qualificação financeira, a saber:

7. Importa destacar que a imposição de índices para a definição da boa situação financeira do futuro contratante não é, por si só, ilegítima.

8. Entretanto, **a fixação de tal exigência de qualificação econômico-financeira deve atender a determinados limites e deve ater-se ao estritamente necessário para demonstrar a capacidade financeira do licitante em adimplir integralmente as obrigações e responsabilidades que lhe forem atribuídas, se vencedor do certame.**

9. Tal previsão, encontra expressa no artigo 31, §1º da Lei 8.666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1o do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1o A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade..

10. Para tanto, e no intuito de atender aos parâmetros legais, tem-se que **cabe ao ente licitante JUSTIFICAR a adequação dos índices escolhidos para a demonstração da capacidade financeira do futuro contratante, demonstrando sua vinculação ao objeto do contrato e às obrigações nele previstas.**

11. Nesse sentido o entendimento Sumulado do Tribunal de Contas da União, que definiu que a exigência de determinados índices deve ser justificada, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto:

Súmula 289

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

12. **Nada obstante, em análise singela dos termos do Edital e seus anexos, nota-se que não se desincumbiu o ente licitante dessa obrigação, sendo certo que não há nos autos qualquer fundamento para a escolha dos referidos índices ou fixação do seu importe mínimo.**

13. Destaque-se que a boa situação financeira poderia ser, igualmente, demonstrada pelo capital líquido das empresas, a demonstrar que não existe justificativa para a qualificante imposta.

14. Tais exigências exacerbadas, que extrapolam o indicativo da lei, sobrecarregam e oneram os licitantes, excluindo da competição proponentes habilitados a prestar efetivamente os serviços objeto do certame.

15. Adequa-se, portanto, aos princípios da busca da proposta mais vantajosa, supremacia do interesse público e efetividade que o órgão licitante amplie a participação e não restrinja criando exigências demasiadas, evitando um certame deserto.

16. Neste sentido é a jurisprudência:

REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – EXIGÊNCIA EXCESSIVA – SITUAÇÃO QUE RESTRINGE A CONCORRÊNCIA E VIOLA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE – SENTENÇA RATIFICADA. A **exigência excessiva**, injustificada e desproporcional contraria a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. Além disto, a distinção levada a efeito também viola o princípio da igualdade no procedimento licitatório. (ReeNec 90048/2013, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/08/2014, Publicado no DJE 18/08/2014)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO – REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – EXIGÊNCIA EXCESSIVA – SITUAÇÃO RESTRITIVA DA CONCORRÊNCIA E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE – SENTENÇA RATIFICADA. A **exigência excessiva**, injustificada e desproporcional contraria a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. Além disto, a distinção levada a efeito também viola o princípio da igualdade no procedimento licitatório. (ReeNec 25425/2017, DES. MÁRCIO VIDAL, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 24/04/2017, Publicado no DJE 11/05/2017)

---

17. Assim, **impõe-se a alteração do Edital para que seja suprimida a exigência de qualificação econômico-financeira prevista no item do edital 15.4.2, ou ainda, seja, alternativamente, admitida a comprovação pelo patrimônio líquido**, como forma de garantir a legalidade do certame.

III) IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

---

18. Observada as condições impostas no Edital, ficou confirmada mais uma dificuldade enfrentada pelas licitantes, a saber:

3.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

3.3.1 O prazo contratual não poderá ser prorrogado.

19. É importante destacar que a impossibilidade de prorrogação da vigência do contrato pode causar prejuízo ao erário, pois, os licitantes certamente apresentarão propostas com valores maiores do que apresentariam, se houvesse a expectativa de prorrogação.

20. Desta forma, é possível concluir que **a ausência de prorrogação da vigência contratual não merece prosperar, uma vez que causará prejuízo ao erário**, e restringirá a competitividade e participação de várias empresas aptas a prestar o serviço, ofendendo diretamente o princípio da ampla concorrência que sempre deve ser observado nas contratações públicas.

21. Portanto, **faz-se necessária a alteração do Edital, para que seja incluído a probabilidade/possibilidade de o órgão prorrogar o contrato com a futura contratada**, a fim de evitar uma licitação deserta e/ou fracassada, assegurar o êxito da contratação por parte da Administração Pública e garantir a ampla concorrência no certame.

IV) PEDIDOS

---

22. Diante todo o exposto, requer:

a) Seja recebida e processada a presente impugnação, eis que própria e tempestiva;

b) Seja a mesma acolhida para:

b.1) **promover a alteração do Edital para que seja suprimido um requisito de qualificação econômico-financeira previsto no Item 15.4.2 do Edital**, tendo em vista sua incompatibilidade com o disposto do artigo 31, §1º da Lei 8666/93 e Súmula 289 do TCU;

b.2) **alternativamente, a admissibilidade da demonstração de adequação e boa saúde financeira através de patrimônio líquido**, consoante permissivo do artigo 31da Lei 8666/93.

b.3) **promover a alteração do Edital para que seja incluído a possibilidade de prorrogação da vigência do contrato com a futura contratada**.

Termos em que pede deferimento.

De Uberlândia/MG para Rio de Janeiro/RJ, 23 de junho de 2022.

Algar Telecom S/A
CNPJ 71.208.516/0001-74